# O voluntariado promotor da cidadania ativa. Que lugar para a Animação Sociocultural?<sup>1</sup>

Albino Luís Nunes Viveiros albinoviveiros@netmadeira.com

Associação Insular de Animação Sociocultural - AIASC

#### Resumo

O voluntariado, enquanto, prática de cidadania ativa protagonizada pela sociedade civil é um exercício que tem pleno sentido quando envolve as pessoas no processo e, consequentemente, na mudança da realidade. A cidadania ativa é uma expressão corrente no discurso dos agentes socioculturais e políticos, ela concretiza-se num conjunto de iniciativas comunitárias que visam a construção do bem comum.

A cidadania constrói-se na relação recíproca com os outros, num território multicultural, através de processos de educação não formal e formal, onde, a solidariedade e os valores da democracia têm uma dimensão global e inclusiva.

A Animação Sociocultural e os Animadores desempenham um papel primordial na promoção e dinamização do voluntariado. Há princípios e valores que são comuns à Animação e ao voluntariado, e sustentam o espírito militante dos Animadores no exercício das práticas no âmbito profissional ou do voluntariado com a comunidade.

Os Animadores devem ser facilitadores de processos de envolvimento das pessoas, em especial, das suas práticas de cidadania. Há recursos comunitários que emergem da cooperação da sociedade civil com as instituições do Estado e nesse plano de intervenção, é fundamental que os Animadores Socioculturais também sejam facilitadores dos recursos comunitários que devem estar ao serviço de todos, pois, o bem-estar é um direito coletivo que deve ser proporcionado aos grupos sociais.

Palavras-chave: Animação Sociocultural, comunidade/sociedade civil, instituições, bem comum, Animadores, cidadania ativa e voluntariado.

Comunicação apresentada no XIII Congresso internacional de Animação Sociocultural «Voluntariado e Cidadania Ativa», cujo texto está publicado em: COSTA, Carlos Alexandre dos Santos (2011): Animação Sociocultural: Voluntariado e Cidadania Ativa. Porto: Livpsic.

### 0. Notas preliminares

Os cidadãos europeus estão a celebrar o voluntariado. O Conselho da União Europeia aprovou em Bruxelas, através da Decisão n.º 2010/37/CE, de 27 de novembro de 2009, de celebrar no ano de 2011, o *Ano Europeu das Atividades de Voluntariado Que Promovam Uma Cidadania Ativa*. Ao longo da nossa reflexão, o conceito de voluntariado será expresso em sentido lato.

É pertinente que sejamos audazes e reflitamos com o coletivo sobre o papel do voluntariado na comunidade, como ferramenta social promotora da cidadania ativa através de iniciativas que privilegiem o bem-estar dos grupos e catalisador de políticas concretas para problemas quotidianos vividos por milhares de cidadãos.

Na retórica, o exercício do voluntariado tem-se revelado uma praxis preponderante para a mudança social, mobilizando os cidadãos para causas dignas de registo que têm como objetivo o bem comum. Talvez seja oportuna uma leitura sobre o papel do voluntário no exercício da cidadania ao serviço dos outros.

Que lugar para a Animação Sociocultural através das práticas socioeducativas, culturais e políticas? A Animação não é destituída de um corpus político, ele é intrínseco às práticas de Animação, com a incumbência de ser avocada com maior relevância em tempos de crise socioeconómica, cultural, de valores humanos e democráticos nos processos de voluntariado.

Os Animadores Socioculturais devem ser agentes privilegiados na dinamização do voluntariado na comunidade com as pessoas, através de ações concertadas no intuito de contribuírem, positivamente, para a mudança. O associativismo materializado nas diferentes organizações comunitárias com âmbitos de intervenção distintos, tem um papel importante para a formação de uma comunidade mais desperta para o papel do voluntariado, como direito e dever em situações críticas para com as pessoas que dependem no plano social da ajuda externa à família. As comunidades de pertença atuais perderam a capacidade de dar respostas solidárias imediatas, apesar de continuarem a alimentar a dimensão de voluntariado de proximidade necessária para responder a situações extremas de sobrevivência. O sentido do voluntariado deverá ser incutido nos cidadãos mediante processos de aprendizagens formais e não formais.

A economia social e solidária cuja disseminação é um contributo favorecedor do voluntariado para o desenvolvimento comunitário é um registo que merece maior promoção interna e melhores incentivos por parte das instituições gestoras.

As realidades local e regional são a base para a discussão do nosso posicionamento em matéria de voluntariado e Animação Sociocultural, em campos de intervenção transversais há ação coletiva da sociedade civil e impulsionadores da cidadania ativa.

# 1. A participação solidária na transformação da realidade social e na construção do Bem Comum

A consolidação e reforço da democracia são um empreendimento partilhado entre o Estado e a sociedade civil; um valor arquitetado na participação ativa dos cidadãos através dos vários agentes socializadores e grupos de pertença, com quem os indivíduos partilham laços afetivos, objetivos e interesses comuns. Estes agentes são promotores privilegiados da educação para a cidadania, e consequentemente, espaços para a experimentação dos valores da solidariedade, do humanismo, da promoção da paz e para o desenvolvimento de projetos de voluntariado que promovam uma cidadania ativa.

O Conselho da União Europeia com a institucionalização do *Ano Europeu das Atividades de Voluntariado Que Promovam Uma Cidadania Ativa* projeta na Comunidade e nos Estados-Membros, o voluntariado como uma dimensão privilegiada da cidadania ativa e da democracia. Estes dois pilares são um contributo para o desenvolvimento da sociedade europeia e do bem-estar das comunidades locais e regionais. O objetivo geral da efeméride é incentivar e apoiar mediante o intercâmbio de experiências e boas práticas, em matéria de criação na sociedade civil de condições favoráveis para o desenvolvimento do voluntariado na União Europeia e contribuir para o aumento da visibilidade das atividades de voluntariado no espaço geográfico europeu.

A matriz conceptual do voluntariado está radicada num conjunto de práticas altruístas e solidárias desenvolvidas por pessoas que por iniciativa própria e de forma organizada em grupo, dedicam parte do seu tempo livre e do seu saber-fazer aliado ao sentido de serviço ao próximo e à defesa de causas nobres - culturais, sociais, cívicas, ambientais, entre outras -, sem receber qualquer remuneração financeira ou em espécie. A prática do voluntariado contínua a ser caracterizado por uma dimensão filantrópica.

A Lei n.º 71/98, de 3 de novembro, legisla as bases do enquadramento jurídico do voluntariado em Portugal. O legislador no Artigo 2º, ponto 1, define o voluntariado como:

... o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas.

No Artigo 3°, ponto 1, é enunciado que,

O voluntário é o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com a suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora.

A Nota Pastoral *Voluntariado – Porta aberta para a Humanização Social* expressa uma leitura próxima do que entendemos, ser a prática e a Animação do voluntariado à luz da cidadania ativa.

No contexto legal, o voluntariado é apresentado como serviço gratuito e desinteressado que se desenvolve no âmbito da cidadania, por aqueles que conquistaram o exercício da autonomia individual, da participação social e da solidariedade para com os que mais precisam. Mas nem toda a acção de bem fazer é considerada voluntariado. Em sentido legal, voluntariado é um trabalho organizado em grupo, por instituições devidamente credenciadas, com objectivos e programação comuns, com distribuição de tarefas, sujeitas a avaliação, num clima de responsabilidade grupal e participativa. (Conferência Episcopal Portuguesa 2001: 11)

O exercício do voluntariado é motivado por uma pluralidade de causas pessoais, mas também, é pela leitura crítica da realidade envolvente, pelo sentido de cidadania ativa e empenho no bem comum. As questões sociais, sobretudo, a ação social é a área de intervenção com maior notoriedade no voluntariado, mas outras áreas têm emergido na confluência das dinâmicas das sociedades contemporâneas que vivem, permanentemente, num processo de mudanças sociopolíticas e culturais. Os âmbitos de intervenção do voluntariado espartilham-se pela educação e a ciência, a cultura, o ambiente, a defesa do consumidor, a defesa e promoção do património cultural, a reinserção social, a defesa e promoção dos direitos humanos, a economia social, intervenção cívica e a educação para o desenvolvimento.

A participação cívica e ação solidária são temas da agenda das organizações civis de ação social que sentem o pulsar real das necessidades dos grupos. As atividades de voluntariado são parte do rosto da cidadania, mas elas não substituem as funções inerentes ao Estado para com as comunidades, pelo contrário, as organizações de voluntariado devem desenvolver um trabalho de complementaridade e de corresponsabilização procurando envolver todas as organizações da sociedade civil. O espaço de intervenção do voluntariado pela sua proximidade territorial é um convite à participação mais empenhada das autarquias na promoção do bem comum. As organizações promotoras da sociedade civil e o Estado não podem abalroar o trabalho comunitário desenvolvido por uma das partes, mas sim, investir com credibilidade nos recursos comunitários.

A construção da cidadania através das atividades de voluntariado não pode resvalar-se para o assistencialismo, ou para a afirmação de vontades cooperativistas; ela deve afirmar-se como missão ao serviço de todos, trabalho comunitário com as pessoas envolvendo-as

quadernsanimacio.net nº 15; Enero de 2012

ativamente para que sejam protagonistas do processo e não apenas beneficiárias. É fulcral que o voluntariado seja um processo de consciencialização, espaço de aprendizagens, um contributo para o desenvolvimento local e para a participação democrática dos cidadãos através do exercício consciente e transformador da realidade.

O bem comum implica toda uma rede de condições sociais, que deve proporcionar às pessoas e aos grupos um desenvolvimento humano integral.

(...) O dever de participação no bem comum exige a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana e a criação de condições para o desenvolvimento mais pleno e acessível a todos. (Conferência Episcopal Portuguesa 2003: 11)

Nesta responsabilidade universal de todos os cidadãos pelo bem comum, fundamenta-se a existência da comunidade política, em particular, cuja vocação é estar ao serviço do bem comum de todos os homens e do homem todo, da família e da sociedade. Todos são responsáveis por todos, colectivamente, e não apenas no plano individual. (Conferência Episcopal Portuguesa 2003: 12)

O voluntariado é sinónimo do bem comum, ele é uma meta que está no horizonte das organizações promotoras e é um valor presente nos voluntários, talvez cultivado e partilhado por muitos Animadores Socioculturais, por militância ou por razões de ordem profissional. O bem comum está na ação política? Aquela que legisla e governa o País?

### 2. A Cidadania Ativa como ação impulsionadora do Voluntariado

A cidadania ativa é um elemento chave para a consolidação da democracia e para a participação cívica dos cidadãos na construção de uma sociedade mais igualitária e solidária. A cidadania ativa é um desígnio que os cidadãos devem assumir como compromisso social com a comunidade através da sua liberdade, criatividade e livre pensamento, com uma atitude de consciencialização que deve alimentar o ser *Pessoa*, e ser canal transmissor da força que o coletivo tem na transformação da realidade social.

A cidadania é uma praxis que se reinventa e anima com o envolvimento participativo da sociedade civil para dar sentido à democracia. Os tempos atuais são de austeridade, mas também de esperança, de inconformismo e de militância cidadã. Nós somos corresponsáveis pelo tempo presente caracterizado numa lógica de imediatismo pelo bem-estar individual em detrimento do coletivo.

Os cidadãos devem ser agentes de mudança desde o voluntariado de proximidade, dinamizadores da comunidade e das práticas de desenvolvimento local. É legítimo, coerente e demonstra maturidade humana quando os indivíduos reclamam a sua cidadania no compromisso com a realidade do coletivo. A cidadania ativa é um «status cívico» em construção na pluralidade dos desafios da democracia.

Os tempos que vivemos remetem os cidadãos para o pessimismo e para a derrota das utopias. Este é o momento das pessoas assumirem a sua cidadania, de edificarem um projeto

sociocultural alternativo, de promover outros canais de participação da comunidade na vida pública democrática.

Ser cidadão nos tempos atuais é exercer a sua autonomia e concretizar ações conscientes na discussão dos problemas comunitários, no encontro de soluções de inclusão ativa das pessoas na vida social e que contribuam para esbater as desigualdades socioculturais, educativas e económicas cada vez mais vincadas na sociedade portuguesa.

Ser cidadão é ser pessoa, é ter direitos e deveres, é assumir as suas liberdades e responsabilidades no seio de uma comunidade democrática, justa, equitativa, solidária e intercultural. (...) ser cidadão não é tarefa cómoda, senão muito complicada: as pessoas não nascem cidadãos, mas fazem-se no tempo e no espaço.

Na verdade, não é fácil exercer a liberdade e a cidadania – ser pessoa e ser cidadão -, por isso exige-se uma luta sem tréguas para erradicar assimetrias e exclusões socioculturais e criar cenários de esperança realizáveis, fundamentados em valores e princípios éticos, que requalifiquem a democracia com cidadãos participantes e comprometidos. (PERES 2006: 27)

A cidadania ativa é uma prática pedagógica que é ensinada e aprendida, mutuamente, no seio comunitário. A cidadania exige militância cívica; um trabalho comunitário face ao qual, a Animação Sociocultural e os seus agentes são parte importante e integrante nas dinâmicas do desenvolvimento do voluntariado. Estamos convictos de que alguns princípios do voluntariado não são alheios aos Animadores Socioculturais. Eles fazem parte do corpus humanista e da cidadania que os Animadores testemunham, ou deveriam fazê-lo na sua ação quotidiana.

A participação cívica nas atividades de voluntariado expressam o exercício consciente e livre da cidadania solidária que se constrói com o próximo. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 62/2010, instituiu o *Ano Europeu das Atividades de Voluntariado Que Promovam uma Cidadania Ativa* em Portugal, no ano de 2011. A Presidência do Conselho de Ministros na aludida Resolução descreve as atividades de voluntariado com a seguinte redação:

A expressão «actividades de voluntariado» refere-se a todos os sectores de actividade voluntária, formais ou não formais, realizadas por vontade própria das pessoas interessadas, por sua livre escolha e motivação e sem fins lucrativos. Beneficiam as pessoas voluntárias a nível individual, as comunidades e a sociedade como um todo e constituem um veículo para os indivíduos e a sociedade examinarem as necessidades e preocupações a nível humano, social, intergeracional ou ambiental, sendo muitas vezes levadas a cabo em apoio de uma organização sem fins lucrativos ou de uma iniciativa da comunidade.

Este processo de crescimento humano está associado a um conjunto de direitos sociais, culturais e cívicos que possibilitam o exercício da cidadania em democracia. Não podemos esquecer o lado dos deveres de ser cidadão; eles são de ordem cívica e deverão ser realizados a favor da comunidade.

O voluntariado no século XXI é fruto de uma nova consciência social e de maturidade humana. É uma outra forma de exercício da cidadania ativa, é a dimensão do dever cívico que, paradoxalmente, é exercido de forma autónoma, consciente e voluntária. As atividades de voluntariado revestem-se do interesse coletivo espelhado na participação das pessoas de

diferentes faixas etárias, com motivações diversas, com histórias de vida também construídas na relação de proximidade com os outros.

O voluntariado social tem elevado potencial de desenvolvimento que é expectável com base nas necessidades a que procura responder e nas suas capacidades (CATARINO 2009: 6). As necessidades elencadas por Acácio Catarino são apenas de natureza social e enquadram-se no âmbito da ação social, vertente assistencial; da promocional; do desenvolvimento local e da transformação sociocultural. A ação social no sentido de proximidade/cooperação com outrem na procura de soluções para os seus problemas. Na promoção social prevalece a cooperação a favor da autonomia e desenvolvimento pessoais. Os processos de desenvolvimento local também exigem a continuidade de dinâmicas que se traduzam em respostas do voluntariado às necessidades sociais.

Para que este [o desenvolvimento local] se processe com um mínimo de condições, requer-se a existência, em cada freguesia, de uma comissão de animação, de preferência no âmbito da Junta de freguesia, com os seguintes objectivos: motivação de toda a freguesia para a consciência dos problemas locais e para a procura de soluções; congregação de esforços nesta procura; assunção de compromissos para que as soluções se concretizem; articulação com o desenvolvimento regional e nacional; e avaliação periódica tendo em conta, especialmente, a capacidade para a prevenção e solução de problemas sociais. (CATARINO 2009: 7)

Embora o voluntariado social caracterize-se por linhas de ação profusamente enraizadas em comportamentos sociais que apontam para transformações socioculturais, estes não são considerados uma dinâmica intrínseca a este modelo de voluntariado, pelo contrário, estão vinculados aos movimentos políticos, sindicais, ambientais ou culturais. (CATARINO 2009: 7). Esta visão transformadora e arrojada no quadro do voluntariado exige às organizações capacidade técnica e qualificada para a intervenção sociocultural especializada em matéria de voluntariado no século XXI.

Os voluntários são mediadores entre as organizações da sociedade civil e os serviços do Estado. Sublinhamos a ideia de que as áreas de atuação do voluntariado, enquanto, práticas da cidadania ativa não podem ser entendidas como delegação das responsabilidades do Estado nas organizações promotoras, mas sim, um trabalho complementar de apoio primário ao voluntariado. Ele é uma célula de fortalecimento dos laços sociais, de maior e melhor conhecimento das realidades locais.

O voluntariado é uma pluralidade de ações coletivas, em alguns casos, o último reduto, onde os cidadãos encontram uma luz de esperança numa sociedade intercultural indiferente à existência dos outros. A cidadania ativa é um contributo para o desenvolvimento do País.

### 3. Animação Sociocultural, Voluntariado e Animadores

O voluntariado e a Animação Sociocultural perfilam conceções de intervenção comunitária próximas, com destaque para o compromisso com a transformação social mediada pelos Animadores profissionais e voluntários, ou benévolos que intervêm através das práticas de Animação em benefício das comunidades com os sujeitos destinatários da ação. Estes indivíduos são implicados ativa e conscientemente no percurso do seu próprio processo de desenvolvimento.

A Animação Sociocultural visa a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar coletivo dos grupos sociais. As ações desenvolvidas no plano do voluntariado pelos Animadores Socioculturais primam ao nível do plano primário pelo bem individual e coletivo. É uma intervenção que procura responder no plural e de forma cabaz aos problemas sociais, educativos, culturais e outros. As práticas de Animação Sociocultural e as atividades de voluntariado são um compromisso solidário e promotoras da mudança. A Animação através das suas práticas estimula os grupos para que deles emerjam cidadãos ativos que superem o individualismo, enquanto, barreira à solidariedade e sejam "antídoto" para a massa humana amorfa. Consideramos a promoção do voluntariado uma tarefa própria dos Animadores como compromisso comunitário.

O voluntariado e a Animação Sociocultural, metodologia participativa que procura envolver os sujeitos no processo, não são práticas isoladas e descontextualizadas, as suas intervenções resultam de um projeto ao qual está subjacente a realidade social e os recursos comunitários. As atividades de voluntariado são o resultado do trabalho desenvolvido pelas organizações promotoras, públicas ou privadas, enquanto, plataformas de atuação para o desenvolvimento energético e sistemático das iniciativas. As ações são concretizadas na pluralidade da participação cidadã, sem paternalismos, mas imbuída do sentido do bem comum; princípios que traduzem o pleno exercício da cidadania ativa numa lógica de responsabilidade social.

As dinâmicas de proximidade entre o voluntariado e a Animação Sociocultural são enunciadoras de que as práticas desta, não são exclusivas dos Animadores.

A história da Animação em Portugal está povoada de exemplos anteriores à existência de Animadores profissionais e até antes da prática conceptualizada da Animação Sociocultural, professores, padres, dirigentes associativos, líderes de comunidade agem como Animadores voluntários e como promotores de acções de Animação. (LOPES 2006: 434)

Armengol i Siscares (2004: 281) enuncia argumentos comuns ao defender que a Animação e os Animadores têm uma existência anterior ao discurso conceptualizado da Animação Sociocultural, à semelhança de outras práticas sociais. O autor afirma que muitas

quadernsanimacio.net nº 15; Enero de 2012

das funções e tarefas que a Animação atribui aos Animadores estão associadas a um modelo de intervenção que com grande frequência, são exercidas nas comunidades e grupos sociais, não se diferenciando de outras funções informais e não especializadas, alheia a qualquer discussão sobre a Animação Sociocultural.

Esta matéria continua a não reunir consenso no discurso dos Animadores. A realidade profissional hoje é muito heterogénea. O mercado de trabalho não se compadece do semi-profissionalismo no exercício das práticas de Animação Sociocultural, estas requerem especialização. A formação académica do Animador habilita-o para intervir em diferentes realidades com grupos heterogéneos, possibilita que ele se aproprie de ferramentas metodológicas e da aquisição de conhecimentos técnicos aliados ao saber-fazer que serão desenvolvidos no exercício da prática profissional.

Há valores que não se adquirem na formação, eles florescem no espírito militante dos Animadores que conduzem a sua ação na procura da mudança sociocultural. Os Animadores fazem-se no território da intervenção e o voluntariado é uma excelente escola de formação.

A co-existência de Animadores profissionais e voluntários não pode ser fator de separatismo, é uma realidade que entendemos poder ser compatível, apenas, no espaço de intervenção do voluntariado. É verdade que para um cidadão exercer funções profissionais de médico, arquiteto ou advogado, entre outras, é-lhe exigida carteira profissional que o habilita para o exercício da profissão, mas nada o impede, que no seu tempo livre exerça funções de voluntariado. A proliferação de profissionais de Animação com formação adequada e legalmente reconhecida produz um efeito redutor, ou seja, determina que as pessoas que manifestem interesse em continuar a desenvolver determinadas tarefas de forma não profissional, se auto-dominem voluntárias.

É de salutar a participação ativa dos Animadores Socioculturais no universo do voluntariado, onde, investem os seus saberes e competências técnicas, graças, à sua militância. A Animação Sociocultural como conjunto de práticas sociais, culturais e educativas é uma mais-valia para a consolidação e expansão do voluntariado, rosto da cidadania ativa e dinâmica do associativismo através da promoção de atividades que favoreçam o desenvolvimento integral dos grupos e comunidades.

As associações e outros movimentos cívicos são espaços para a promoção da cidadania através de processos de educação não formal. Pensamos o associativismo como espaço de Animação Sociocultural, onde, é possível potenciar o desenvolvimento de práticas de participação ativa dos sujeitos na vida da comunidade. As associações são entidades promotoras de inclusão social, de promoção e defesa dos direitos humanos e culturais. Elas constituem um recurso comunitário fundamental para a promoção do voluntariado.

nº 15; Enero de 2012

Os Animadores Socioculturais são por excelência pedagogos da cidadania e promotores dos valores democráticos e humanos, potenciadores do bem comum que alimenta o compromisso social. Animar o voluntariado é pensar globalmente para agir localmente, é (re)ligar os laços sociais dos grupos e comunidades; laços que conduzam ao fortalecimento das dinâmicas comunitárias alicerçadas na participação ativa dos sujeitos.

Se o ponto de partida para o exercício da profissão, diga-se, assalariada, é o da assunção de uma filosofia de mudança sociocultural, o que pressupõe a existência da tal militância no espírito do(a) animador(a), o ponto de chegada é ver resultados nessa mudança sociocultural através do seu trabalho: a importância do bem comum e universal, a consciencialização colectiva do valor do indivíduo, o crescimento cultural, técnico e artístico, a visão universal do mundo e dos homens, a solidariedade como um bem comum, a capacidade de aceitar a diversidade cultural e religiosa. (BENTO 2009: 103)

As preocupações dos Animadores no exercício das suas práticas profissionais ou voluntárias devem estar centradas na promoção da dignidade do Homem, ser com direitos e deveres e no processo consciencializador para a compreensão sociopolítica da realidade.

As comunidades do século XXI vivem processos permanentes de metamorfose social e cultural. O exercício do voluntariado exige ativismo e compromisso, ele tem que perfilhar novos itinerários para a busca de soluções, deve gerar espaços de reflexão e pensamento coletivo. A mudança social é um propósito firme na ação dos Animadores, e também, deverá sê-lo no envolvimento dos destinatários no processo, responsabilizando-os pelo seu próprio destino, o que implica, deixar fazer, porque «é errando que se aprende».

#### 4. Recursos e iniciativas para o fomento do Voluntariado pela Cidadania

Quando falamos de voluntariado, o pensamento recaí no assistencialismo suportado pelos grupos socializadores primários - a família, o grupo de amigos e os vizinhos -, quase que ignoramos de forma inconsciente, uma série de organizações e iniciativas de voluntariado. As crises económicas e sociais despertam numa franja da sociedade uma maior consciência social para o fator fundamental que é a participação na vida democrática das comunidades.

A exclusão não conhece nomes, idades ou grupos sociais, ela é um «cancro social» cuja erradicação implica o envolvimento de todos os cidadãos. Os registos da exclusão não se confinam ao social ou cultural, eles assumem diferentes corpos, atingindo vários setores da vida comunitária. O voluntariado exercido nas diferentes plataformas associativas é um recurso que beneficia os sujeitos ao nível da promoção de competências pessoais e profissionais.

O voluntariado é uma arma na luta pela afirmação dos direitos sociais e cívicos das populações segregadas por razões económicas, educacionais, culturais e na reivindicação ao direito à participação ativa na vida pública e não, apenas, delegada na representatividade política.

A educação para a democracia, enquanto participação responsável e crítica de todos os cidadãos nos assuntos públicos, é uma tarefa permanente. Tal exige informação sobre os direitos e deveres de cada cidadão, formação de uma opinião pública crítica e participante no bem comum, exercício da democracia nas famílias, nos grupos, nas escolas e nas instituições. (Conferência Episcopal Portuguesa 2003: 18)

Os jovens são cidadãos de hoje e de amanhã, eles são corresponsáveis pelo bem comum. O voluntariado jovem deverá ter um efeito estimulador para o crescimento pessoal e humano proporcionado por espaços não formais de educação multicultural. A solidariedade e a cidadania ativa são dimensões fundamentais para uma maior coesão social dos jovens na sua relação com a sociedade.

Em matéria de protagonismo e voluntariado destacamos o programa «Voluntariado Juvenil» que visa estimular os jovens para a participação cívica em projetos sociais, ambientais e no domínio do património histórico e cultural abrangendo as áreas do ambiente, património e âmbito sociocultural. O programa é tutelado pela Direção Regional de Juventude da Região Autónoma da Madeira e existe desde o ano 2001. Um outro programa fomentador do voluntariado jovem é o «Juventude em Ação» com especial referência à Ação 2 — Serviço Voluntário Europeu. Destacamos como objetivos, entre outros, a promoção da cidadania ativa dos jovens, o desenvolvimento dos valores da solidariedade e da tolerância, a promoção e mobilidade jovem, a educação não formal, a inclusão e o diálogo intercultural.

Parece-nos pertinente e elucidativo destacar o projeto «Rumo à Cidadania Participativa», iniciativa promovida pela Câmara Municipal do Funchal no âmbito do programa «Juventude em Ação», cujo objetivo visou auscultar, debater, questionar e propor medidas aos decisores políticos locais em matéria de políticas de juventude, a partir da discussão das seguintes temáticas: participação juvenil e democracia, educação formal e não formal, mobilidade e ultraperiferias, desenvolvimento sustentável e as políticas de inclusão social. Esta iniciativa de educação não formal e de estímulo à participação cidadã juvenil envolveu os jovens residentes no Concelho do Funchal, com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos, e as escolas básicas do 2º e 3º ciclos, secundárias e profissionais através da realização de fóruns.

Estas iniciativas tiveram como objetivo congregar um conjunto de propostas a apresentar pelos grupos de trabalho criados em cada freguesia do concelho no fórum juvenil na Câmara Municipal do Funchal, cujas propostas selecionadas foram, posteriormente, apresentadas na Assembleia Municipal Juvenil.

A economia social e solidária é um recurso passível de promoção e concretização no contexto do voluntariado e da cidadania ativa no quadro da intervenção comunitária. Este modelo económico emergiu no século XIX, na fase pós injustiças sociais protagonizadas com a Revolução Industrial; um contexto em que as pessoas desfavorecidas tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando um modelo económico assente na cooperação e

quadernsanimacio.net nº 15; Enero de 2012

entreajuda. Este modelo renasceu nos anos 80, com a globalização e o agravamento das condições sociais.

A economia solidária designa as novas formas de economia social baseada no princípio da solidariedade, ela tem a sua génese no agravamento da pobreza e da exclusão social nas três últimas décadas do século XX.

Na economia social, as organizações do terceiro setor procuram promover o bem-estar das pessoas através da produção de bens e serviços de proximidade que contribuam para a resolução de alguns problemas associados à habitação, à saúde, ao crédito e ao emprego, consequentemente, à inclusão social. As pessoas envolvidas no processo ajudam-se mutuamente, levando a uma participação ativa de todos os elementos, com o objetivo de imperar um funcionamento solidário e democrático. No mercado de economia social há igualdade de direitos e é praticado um regime especial de propriedade e distribuição da riqueza. O excedente da atividade é investido no crescimento e na melhoria dos serviços prestados pela organização à comunidade.

A missão da economia social e solidária caracteriza-se na promoção da cidadania ativa, fator mobilizador para que os indivíduos encontrem soluções no exercício solidário no seio das organizações do terceiro setor. Este paradigma económico é uma resposta às debilidades dos territórios e do tecido social, uma alavanca na resolução dos problemas individuais e coletivos. Perante a realidade social do país faz todo o sentido falarmos de economia social e solidária, e mais, empenhar-nos na sua promoção junto dos grupos e comunidades.

## 5. Notas Finais

O voluntariado é potenciador de uma maior coesão através da participação cívica, da autonomia pessoal e grupal e um contributo importante para a inclusão social. O voluntariado hoje é uma dinâmica ao serviço do desenvolvimento comunitário e económico, ele é um processo educativo e, como tal, deve criar espaços de autoeducação das pessoas, dos grupos e comunidades.

O exercício da cidadania ativa deve ser mediado pela capacidade de promover a participação das pessoas no processo do seu próprio desenvolvimento, facultando-lhes ferramentas para que se tornem autónomas e as suas potencialidades, sejam, reconhecidas como um recurso para a comunidade. A crise gera individualismos, desestruturação do tecido social, elimina qualquer sentido de solidariedade cidadã. A valorização da *Pessoa* no seio do grupo e o seu contributo para a ação coletiva é um marco fundamental para o desenvolvimento comunitário e um tempo de (re)ligação de sentimentos de pertença à comunidade.

nº 15; Enero de 2012

A sociedade civil não deve, nem pode substituir o Estado na concretização das suas

funções para com os cidadãos. Ele é o garante dos direitos sociais e do bem-estar individual e

coletivo, cuja responsabilidade, muitas vezes, é delegada em instituições de solidariedade

social.

quadernsanimacio.net

A Animação Sociocultural exerce uma função primordial na promoção e dinamização

do voluntariado, enquanto, chave para uma cidadania consciente e contributo para a mudança

social. O voluntariado trilha diferentes percursos, desenvolve-se em muitos âmbitos de

intervenção, mas há valores que são universais, os quais, os Animadores Socioculturais

também perfilam no exercício da sua ação.

Referências Bibliográficas

AAVV. El Voluntariado en la acción sociocultural, col. «promoción cultural», Editorial Popular,

S.A., Madrid, 1990.

ARMENGOL I SISCARES, Carles. «Profissionalização e voluntariado na ASC», in Animação

Sociocultural. Teorias, programas e âmbitos, col. «Horizontes Pedagógicos», Editorial Piaget,

Lisboa, 2004, 281-291.

BENTO, Avelino. «A militância e a solidariedade na animação sociocultural», in Solidariedade

cidadã – Uma experimentação partilhada [CD-ROM], Associação In Loco, s.l., 2009, 102-105.

CATARINO, Acácio. «Potencial de Desenvolvimento». Voluntariado, hoje. n.º 28, Conselho

Nacional para a Promoção do Voluntariado, julho - setembro, 2009, 6-8.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. Carta Pastoral Responsabilidade solidária pelo

bem comum, col. «DOCUMENTOS», Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa,

Lisboa, 2003.

\_\_\_\_\_. Nota Pastoral Voluntariado – Porta aberta para a Humanização Social, col.

«DOCUMENTOS», Secretariado Geral do Episcopado, Lisboa, 2001.

DECISÃO n.º 2010/37/CE. JOUE. Série L 17 (22/01/2010) 43-49.

voluntariado promotor da cidadania ativa. Que lugar para a Animação Sociocultural? Copyleft: Albino Luís Nunes Viveiros

13

ESTEVE QUIÑONES, Gustavo. Formación de Voluntariado. Animadores. Métodos y propuestas, col. «Escuela de Animación», Editorial CCS, Madrid, 2004.

LEI n.º 71/98. D.R. I Série. 254 (98-11-03) 5694-5696.

LOPES, Marcelino de Sousa. *Animação Sociocultural em Portugal*, Intervenção, Amarante, 2006.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*, col. «Primeiros Passos», Editora Brasiliense, São Paulo, 2007.

MARTÍN GONSÁLEZ, Mª Teresa (coord.). *Economía Social y Animación Sociocultural*, Sanz y Torres, Madrid, 2000.

PERES, Américo Nunes. «Ser cidadão em tempos difíceis». *Jornal a Página da Educação* (03/2006).

RESOLUÇÃO do Concelho de Ministros n.º 62/2010. D.R. I Série. 165 (10/25/08) 3696-3698.

SILVA, Ana da. «Das mais-valias de integrar projectos nas unidades curriculares teóricopráticas de animação», in *Solidariedade cidadã – Uma experimentação partilhada* [CD-ROM], Associação In Loco, s.l., 2009, 11-21.

\_\_\_\_\_\_. «A experiência de incorporação e disseminação dos encontros comunitários como oportunidade de praticar e compreender a animação comunitária», in *Solidariedade cidadã – Uma experimentação partilhada* [CD-ROM], Associação In Loco, s.I., 2009, 22-31.

TOST, Natália. «Voluntariado e animação Sociocultural», in *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*, Intervenção, Amarante, 2008, 143-146.

VIVEIROS, Albino Luís Nunes. «Reinventar a cidadania, animar a democracia. Um desafio para a Animação Sociocultural». *Animador Sociocultural: Revista Iberoamericana*. n,º 1, Red Iberoamericana de Animación Sociocultural, abril, 2010.

\_\_\_\_\_\_. «Os rostos e recursos da Democracia Inclusiva e da Cidadania Activa. Apontamentos de um Animador – A Realidade Madeirense», in *EDI – Experiências de Democracia Inclusiva*, Plataforma de Animadores SocioEducativos e Culturais, Vila Nova de Famalicão, abril, 2011, 78-88.

Blog: http://animasocioculturaleinsularidade.blogspot.com

Página Web da AIASC: www.aiasc.pt

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Nunes Viveiros, Albino Luís.; (2012); O voluntariado promotor da cidadania ativa. Que lugar para a Animação Sociocultural?; en <a href="http://quadernsanimacio.net">http://quadernsanimacio.net</a>; nº 15, enero de 2012; ISSN: 1698-4404